

Delga Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Participações S.A.
Diadema - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delga Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

1. Em 31 de dezembro de 2013, nas demonstrações financeiras consolidadas incluía estoques da controlada Delga Indústria e Comércio S.A referentes à planta de Ferraz de Vasconcelos no montante R\$ 10.246 mil, para o qual não foi possível nos certificar durante o acompanhamento de inventário físico quanto à correta existência desses estoques. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos quanto a adequação do saldo de estoques no montante de R\$ 10.246 mil em 31 de dezembro de 2013 para o exercício findo naquela data por meio de outros procedimentos de auditoria.
2. Até a emissão desse relatório, nós não recebemos carta de confirmação de um dos assessores jurídicos externos da Companhia. Adicionalmente, dois assessores jurídicos externos da Companhia não forneceram carta atualizada com a adequada classificação dos riscos de perda, referente os processos trabalhistas, para que a administração pudesse concluir sobre o valor adequado da provisão para contingências. Consequentemente, não foi possível, por meio de outros procedimentos de auditoria, concluir sobre a adequação do montante de R\$ 1.705 mil registrado na controladora e R\$ 3.173 mil registrado no consolidado como provisão para contingências e o potencial impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
3. Até a emissão desse relatório, nós não recebemos carta de confirmação de dois bancos os quais a Companhia possui relacionamento comercial, bem como empréstimos, financiamentos e debêntures contratados. Consequentemente, não foi possível, por meio de outros procedimentos de auditoria, concluir se existem outros valores a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, caso tivéssemos recebido as confirmações destes bancos.
4. A Companhia e suas controladas contratam prestadores de serviços para execução de atividades relacionadas à suas operações, bem como efetuam pagamentos de determinados valores a título de ajuda de custo, sem, contudo, reconhecer a provisão para fazer face a qualquer desembolso fiscal associado a estes assuntos. O montante aproximado da provisão para obrigações legais, necessária para cobrir os riscos previdenciários com estes procedimentos é de aproximadamente R\$ 3.801 mil, líquido dos efeitos tributários. Como consequência, o passivo circulante e patrimônio líquido da Companhia estão subavaliados e superavaliados, respectivamente, em aproximadamente R\$ 3.801 mil (4.760 em 2012).
5. Os valores correspondentes relativos as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram auditados por outros auditores, que emitiram relatório datado de 14 de maio de 2013 com opinião adversa em relação aos seguintes assuntos: *i)* registro indevido de operações de empréstimos como fornecedores no montante de R\$ 21.148 mil, *ii)* descumprimento de cláusulas de índices e limites financeiros previstos em instrumento particular de escritura de emissão de debêntures e não reclassificação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 83.782 mil registrados no ativo não circulante para o passivo circulante, *iii)* pelo risco de continuidade operacional da Companhia face a possível declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos da Companhia em decorrência do descumprimento de índices e limites financeiros e ausência de alternativas formalizadas pela administração da Companhia para obtenção de recursos financeiros suficientes para fazer face a essa eventual exigência,e; *iv)* pela ausência de análise de recuperabilidade de ativos imobilizados devidamente formalizada pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desses

assuntos sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes com o período anterior.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionadas nos itens 1, 2 e 3, se houver, e pelo efeito dos assuntos mencionadas nos itens 4 e 5 descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Participações S.A em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de maio de 2013, que conteve opinião adversa em função dos seguintes assuntos: *i)* insuficiência de provisão para contingências tributárias e trabalhistas no montante de R\$ 4.760 mil, *ii)* registro indevido de operações de empréstimos como fornecedores no montante de R\$ 21.148 mil, *iii)* descumprimento de cláusulas de índices e limites financeiros previstos em instrumento particular de escritura de emissão de debêntures e não reclassificação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 83.782 mil registrados no ativo não circulante para o passivo circulante, *iv)* pelo risco de continuidade operacional da Companhia face a possível declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos da Companhia em decorrência do descumprimento de índices e limites financeiros e ausência de alternativas formalizadas pela administração da Companhia para obtenção de recursos financeiros suficientes para fazer face a essa eventual exigência e; *v)* pela ausência de análise de recuperabilidade de ativos imobilizados devidamente formalizada pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nossa opinião também conteve modificação em função destes assuntos.

São Paulo, 30 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Delga Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.591	8.316	20.372	44.000
Contas a receber de clientes	6	1.823	3.381	25.618	38.442
Estoques	7	-	-	105.590	81.195
Ativos mantidos para venda	8	3.878	5.709	3.878	5.709
Ativo fiscal corrente		-	-	7.832	8.255
Outros créditos	9	-	-	1.028	768
Total do ativo circulante		19.292	17.406	164.318	178.369
Contas a receber de clientes		-	-	2.645	3.192
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	40	40	-	-
Depósitos judiciais		28	25	2.392	3.049
Outros créditos	9	32.500	-	32.623	123
Ativo fiscal não corrente		-	-	13.186	-
Total do realizável a longo prazo		32.568	65	50.846	6.364
Investimentos	10	57.898	54.080	-	-
Imobilizado	11	11.647	12.249	194.622	135.932
Intangível		-	-	759	991
Total do ativo não circulante		102.113	66.394	246.227	143.287
Total do ativo		121.405	83.800	410.545	321.656

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	63.688	30.801
Fornecedores	14	-	-	40.024	41.623
Obrigações trabalhistas e sociais	15	-	-	17.141	14.982
Obrigações fiscais e tributárias	16	626	293	2.469	2.425
Parcelamentos de impostos	17	182	307	15.046	9.696
Adiantamento de clientes	19	-	8	14.538	15.319
Outras contas a pagar		66	329	407	246
Total do passivo circulante		874	937	153.313	115.092
Fornecedores	14	-	-	3.282	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	102.631	91.235
Obrigações trabalhistas e sociais	15	-	-	-	-
Obrigações fiscais e tributárias	16	644	-	1.186	-
Parcelamentos de impostos	17	37	220	27.132	29.988
Passivo fiscal diferido	24	1.537	-	3.220	2.697
Provisão para contingências	18	1.705	1.705	3.173	1.705
Total do passivo não circulante		3.923	1.925	140.624	125.625
Patrimônio líquido	20				
Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
Reserva de reavaliação		4.436	4.608	4.436	4.608
Reserva de incentivos fiscais		12.414	12.414	12.414	12.414
Reserva de lucros		71.270	35.428	71.270	35.428
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	1
Total do patrimônio líquido		116.608	80.938	116.608	80.939
Total do passivo		4.797	2.862	293.937	240.717
Total do passivo e patrimônio líquido		121.405	83.800	410.545	321.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	21	48.359	13.414	502.328	427.251
Custos das mercadorias vendidas		<u>(1.952)</u>	<u>(2.058)</u>	<u>(407.797)</u>	<u>(371.936)</u>
Lucro bruto		<u>46.407</u>	<u>11.356</u>	<u>94.531</u>	<u>55.315</u>
Despesas administrativas e gerais	22	(753)	(1.820)	(26.101)	(24.893)
Outras receitas operacionais		-	6.693	1.245	7.924
Outras despesas operacionais		(101)	-	(1.781)	(568)
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>3.698</u>	<u>2.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>49.251</u>	<u>18.812</u>	<u>67.894</u>	<u>37.778</u>
Despesas financeiras	23	(21)	(125)	(23.549)	(21.002)
Receitas financeiras	23	<u>661</u>	<u>414</u>	<u>8.479</u>	<u>4.365</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>640</u>	<u>289</u>	<u>(15.070)</u>	<u>(16.637)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>49.891</u>	<u>19.101</u>	<u>52.824</u>	<u>21.141</u>
Imposto de renda e contribuição social	24	<u>(2.339)</u>	<u>(1.112)</u>	<u>(5.272)</u>	<u>(3.152)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>47.552</u>	<u>17.989</u>	<u>47.552</u>	<u>17.989</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		-	-	47.552	17.988
Acionistas não controladores		-	-	-	1
Lucro líquido do exercício		<u>47.552</u>	<u>17.989</u>	<u>47.552</u>	<u>17.989</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Resultados do exercício	<u>47.552</u>	<u>17.989</u>	<u>47.552</u>	<u>17.989</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>47.552</u></u>	<u><u>17.989</u></u>	<u><u>47.552</u></u>	<u><u>17.989</u></u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	47.552	17.988
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Resultado abrangente total	<u><u>47.552</u></u>	<u><u>17.989</u></u>	<u><u>47.552</u></u>	<u><u>17.989</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros retidos	Total	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2012	<u>28.488</u>	<u>4.846</u>	<u>5.754</u>	<u>2.462</u>	<u>27.830</u>	<u>30.292</u>	-	<u>69.380</u>	-	<u>69.380</u>
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.430)	(6.430)	-	(6.430)
Realização da reserva de reavaliação	-	(238)	-	-	-	-	238	-	-	-
Ganho por desapropriação de imóvel	-	-	6.660	-	-	-	(6.660)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.988	17.988	1	17.989
Destinações:										
Constituição da reserva legal	-	-	-	899	-	899	(899)	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	-	4.237	4.237	(4.237)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>28.488</u>	<u>4.608</u>	<u>12.414</u>	<u>3.361</u>	<u>32.067</u>	<u>35.428</u>	-	<u>80.938</u>	<u>1</u>	<u>80.939</u>
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(11.882)	(11.882)	-	(11.882)	-	(11.882)
Realização da reserva de reavaliação	-	(172)	-	-	-	-	172	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47.552	47.552	(1)	47.551
Destinações:										
Constituição da reserva legal	-	-	-	2.336	-	2.336	(2.336)	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	-	45.388	45.388	(45.388)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>28.488</u>	<u>4.436</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>65.573</u>	<u>71.270</u>	-	<u>116.608</u>	-	<u>116.608</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	49.891	19.101	52.824	21.141
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	2	2	7.322	4.158
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	12.000	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	600	(7)	663	(7)
(Reversão) / constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(253)	-	(942)	-
Constituição / (reversão) de provisão para contingências	-	(13)	1.468	(218)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.698)	(2.583)	-	-
	46.542	16.500	73.335	25.074
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	1.811	(1.981)	14.313	9.096
Estoques	-	-	(24.395)	17.322
Ativos mantidos para venda	1.831	(590)	1.831	(590)
Ativo fiscal corrente e não corrente	-	-	(12.763)	(134)
Outros créditos	(32.500)	-	(32.760)	325
Depósitos judiciais	(3)	-	657	-
(Aumento)/diminuição dos passivos				
Fornecedores	-	-	1.683	2.217
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	2.159	(7.682)
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	669	448	3.724	(2.953)
Adiantamento de clientes	(8)	8	(781)	12.471
Outras contas a pagar	(263)	316	161	(832)
Juros pagos	-	-	(11.245)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(802)	(1.112)	(4.750)	(3.152)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.277	13.589	11.169	51.162
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital em controlada	(120)	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(17)	(66.443)	(34.668)
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento	(120)	(17)	(66.443)	(34.668)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	-	-	70.884	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	-	-	(27.356)	19.224
Distribuição de lucros	(11.882)	(6.430)	(11.882)	(6.430)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(11.882)	(6.430)	31.646	12.794
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	5.275	7.142	(23.628)	29.288
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.316	1.174	44.000	14.712
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.591	8.316	20.372	44.000
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	5.275	7.142	(23.628)	29.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Delga Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 2.000, em Diadema, São Paulo, tendo como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades.

2 Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

Empresa	% de participação	Atividade desenvolvida
Delga Indústria e Comércio S.A.	100,00%	Estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%	Revenda de máquinas e equipamentos.
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%	Estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais)

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 11 - definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 24 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre o lucro tributável futuro.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação,

que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de curto prazo da dívida soberana ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia e suas controladas para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento abrangem as aplicações financeiras, principalmente aquelas de longo prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, conta corrente a receber partes relacionadas e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e empreiteiros, conta corrente a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

c. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Ativos mantidos para venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- | | |
|----------------------------------------|---------|
| • Edifícios | 25 anos |
| • Máquinas, equipamentos e ferramentas | 20 anos |
| • Instalações | 10 anos |
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Benfeitorias em imóveis terceiros | 25 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Equipamentos de informática | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não é o caso, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- | | |
|------------|-----------|
| • Software | 1- 5 anos |
|------------|-----------|

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

I. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem para Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Serviços prestados

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuições sociais

A Companhia têm o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

q. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquela que pode ser relevante para a Companhia e suas controladas está mencionada abaixo. A Companhia e suas controladas não planejam adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	5	5	41	44
Bancos conta movimento	552	659	7.267	20.858
Aplicações financeiras	13.034	7.652	13.064	23.098
	13.591	8.316	20.372	44.000

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber	2.994	4.805	40.306	41.471
Outras contas a receber	-	-	-	3.192
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(9.956)	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.171)	(1.424)	(2.087)	(3.029)
	1.823	3.381	28.263	41.634
Circulante	1.823	3.381	25.618	38.442
Não circulante	-	-	2.645	3.192

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e de substancialmente no setor automotivo, com a participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de concentração
Volkswagen	26,87%
General Motors	19,49%
Scania	15,48%
Mercedes Benz	10,27%
Outros	27,89%
Total	100,00%

Para reduzir o risco de crédito a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite individual de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos mesmos.

A abertura do contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A Vencer	1.549	3.109	33.601	34.562
Vencidos:				
até 30 dias	1	191	3.614	2.840
de 31 a 120 dias	234	73	852	1.209
de 121 a 180 dias	39	8	151	-
há mais de 180 dias	1.171	1.424	2.088	2.860
Total vencidos	1.445	1.696	6.705	6.909
Total geral	2.994	4.805	40.306	41.471

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	(1.424)	(1.430)	(3.029)	(3.035)
(Constituição) reversão	253	6	942	6
Saldo final	(1.171)	(1.424)	(2.087)	(3.029)

7 Estoques

	Consolidado	
	2013	2012
Produtos acabados	9.263	9.974
Produtos semi-acabados	14.696	21.742
Produtos em elaboração	916	-
Matérias primas	18.348	13.597
Mercadorias para revenda	8.357	9.800
Materiais de consumo auxiliares e outros	981	805
Ferramentais em construções	50.143	13.532
Adiantamento a fornecedores	2.886	11.745
	105.590	81.195

8 Ativos mantidos para venda

Representado por 6 (seis) imóveis disponíveis para venda no montante total de R\$ 3.878 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.709 mil em 2012), não mais alocados nas operações da Companhia, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização.

Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

9 Outros créditos

	Consolidado	
	2013	2012
Incorporadora Vinson Empreendimentos imobiliários Ltda. (i)	32.500	-
Outros Créditos	1.151	891
	33.651	891
Circulante	1.028	768
Não circulante	32.623	123

- (i) Refere-se ao montante a receber referente à venda de imóveis conforme contrato de compra e venda com registro livro nº 10.216 - pg 169, pelo montante total de R\$ 42.500 mil, sendo o montante de R\$ 10.000 mil recebidos à vista e o valor restante de R\$ 32.500 mil a receber em 2016.

10 Investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldos em investimentos		
Delga Indústria e Comércio S.A	52.054	47.643
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	9.654	10.059
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	(3.810)	(3.622)
Total de investimentos	57.898	54.080

b. Composição dos investimentos

	Delga Indústria e Comércio Ltda.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estanparia Pesada Ltda.	Total
Capital Social	39.439	6.319	704	
Participação	100,00%	100,00%	99,99%	
Total do ativo das controladas	328.895	20.542	230	349.667
Total do passivo das controladas	(276.841)	(10.887)	(4.041)	(291.769)
Resultado das controladas	(4.291)	(593)	1.186	(3.698)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2013	(52.054)	(9.655)	3.811	(57.898)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.291)	(593)	1.186	(3.698)
(-) Provisão para perdas em investida	-	-	(3.811)	(3.811)
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2013	<u>(52.054)</u>	<u>(9.655)</u>	<u>3.811</u>	<u>(57.898)</u>

c. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Delga Indústria e Comércio Ltda.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 31/12/2012	47.643	10.059	(3.622)	54.080
Aumento de capital social em investida	120	-	-	120
Equivalência patrimonial	4.291	(404)	(189)	3.698
Saldos em 31/12/2013	52.054	9.655	(3.811)	57.898

11 Ativo Imobilizado

	% - Taxa anual média de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Terrenos	-	6.783	6.783	12.015	12.015
Edifícios	4	4.856	5.456	23.961	17.229
Instalações	10	-	-	9.549	8.602
Máquinas e equipamentos	5	3	3	125.716	87.358
Móveis e utensílios	10	3	3	1.357	1.269
Veículos	20	104	104	2.757	2.506
Equipamentos de informática (CPD)	20	4	4	2.990	2.496
Aparelhos e acessórios	10	-	-	6.262	5.470
Benfeitorias em imóveis	4	-	-	359	360
Veículos industriais	20	-	-	480	480
Instalações administrativas	10	-	-	196	107
Ferramentas	10	-	-	878	878
Imobilização em andamento	-	-	-	74.796	61.435
Juros Capitalizados	-	-	-	4.558	571
		11.753	12.353	265.874	200.776
Depreciações acumuladas		(106)	(104)	(71.252)	(64.844)
Ativo Imobilizado		11.647	12.249	194.622	135.932

Os custos capitalização de empréstimos na rubrica de imobilização em andamento totalizaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 4.558 (R\$ 571 em 2012).

Resumo da movimentação do ativo imobilizado:

Controladora

	2013	2012
Saldo inicial	12.249	12.234
Aquisições	-	17
Baixas	(600)	-
Depreciação e amortização	(2)	(2)
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	11.647	12.249

Consolidado

	2013	2012
Saldo inicial	135.932	105.232
Aquisições	62.117	34.655
Baixas	(663)	(558)
Juros Capitalizados	4.558	571
Depreciação e amortização	(7.322)	(3.968)
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	194.622	135.932

Outras considerações

Em 2003, a Companhia reconheceu reavaliação de bens imóveis e determinados bens móveis (máquinas e equipamentos e instalações) baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinham imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 6.280.

12 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2013 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 827 (R\$ 907 em 2012) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, com vencimento predefinido, renovado automaticamente. Conforme pactuado entre as partes, atualmente, não há a incidência de encargos financeiros.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora	
	2013	2012
Ativo não circulante:		
Delga Indústria e Comércio S.A.	40	40
	40	40

As operações mercantis entre empresas ligadas, efetuadas em condições acordadas entre as partes, estão assim demonstradas:

	Controladora	
	2013	2012
Resultado		
Receita de aluguel		
Delga Indústria e Comércio S.A.	2.068	1.915
Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	1.344	1.239
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	57	53
	3.469	3.207

13 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
Modalidade	2013	2012
Finame	19.370	8.654
Capital de giro	41.870	27.324
Capital de giro - moeda estrangeira	11.486	113
Arrendamento mercantil	1.029	-
BNDES	28.850	-
Debêntures	63.714	85.945
Total	166.319	122.036
(-) Passivo circulante	63.688	30.801
Passivo não circulante	102.631	91.235

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o seguinte cronograma de vencimento:

Período

	2013	2012
2014		37.247
2015	40.474	31.314
2016	27.978	21.401
Após	34.179	1.273
	102.631	91.235

Aquisição de ativo fixo - FINAME

Financiamentos obtidos para investimento em máquinas e equipamentos que possuem taxas de juros anuais variando de 4,50% a 11,70%. - Vencimento 15/07/2018

Capital de giro (PROGEREM - BNDES -BRASIL)

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, 3,4% a.a + TJLP - Vencimento 15/09/2021

Capital de giro - Moeda estrangeira

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, LIBOR 0,15% a 0,75% ao ano e correção pela taxa cambial. - Vencimento 31/07/2014

Arrendamento mercantil

Captações aplicadas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros que possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, 15,99% a 26,23%. - Vencimento 07/02/2016

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão:	1ª emissão
Data da emissão:	14 de novembro de 2012
Data final da liquidação:	14 de outubro de 2016
Quantidade:	90
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +5,20% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +5,30% a.a.
Pagamento do principal:	Mensalmente, a partir de 14 de dezembro de 2012. R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 14/11/2012, junto com a remuneração mensal.
Garantias :	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2012e 2012. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,00 a partir de 2013.
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 14/11/2016, conforme seguem:

	RS
Parcela de curto prazo	21.646
Parcela de longo prazo	<u>42.068</u>
Total	<u>63.714</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas incorreram em custos de captação no montante de R\$ 524 Mil (R\$ 520 mil em 2012) os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013.

Garantias

As linhas de financiamentos, exceto as debêntures comentadas anteriormente, possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

As debêntures possuem garantia de imóveis da Companhia e de sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A., no valor líquido contábil de R\$ 6.280 em 31 de dezembro de 2013..

14 Fornecedores

	Consolidado	
	2013	2012
Fornecedores nacionais	36.460	41.259
Fornecedores do exterior	6.843	364
Outros	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>43.306</u>	<u>41.623</u>
(-) circulante	(40.024)	(41.623)
Não Circulante	3.282	-

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	Consolidado	
	2013	2012
Ordenados e salários	2.658	2.522
Encargos sociais - INSS e FGTS	2.377	2.066
Provisão de férias e encargos	10.837	9.431
Outras obrigações trabalhistas	1.269	963
	17.141	14.982

16 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS a recolher	-	-	1.270	1.416
ISS a recolher	-	-	33	52
IRRF a recolher	-	7	19	30
INSS a recolher	-	1	79	119
PIS e COFINS a recolher	1.210	44	1.651	568
Imposto de renda e contribuição social		174	407	174
Outros	60	67	196	66
	1.270	293	3.655	2.425
Circulante	626	293	2.469	2.425
Não circulante	644	-	1.186	-

17 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Parcelamento ICMS	-	-	23.238	18.212
Parcelamento IPTU	219	527	259	1.165
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	-	-	4.008	5.027
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	-	-	14.404	15.043
Parcelamentos trabalhistas	-	-	204	237
Parcelamento ISS	-	-	65	-
	219	527	42.178	39.684
Circulante	182	307	15.046	9.696
Não circulante	37	220	27.132	29.988

Parcelamentos tributários e trabalhistas

Entre 2007 e 2013, as controladas Delga Indústria e Comércio S.A e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda, protocolaram diversos pedidos de parcelamentos de âmbitos Federais, Estaduais, Municipais e trabalhistas, para amortização em períodos que variam de 36 a 120

meses. Referidos parcelamentos são atualizados de acordo com legislação específica e vem sendo pagos de acordo com os cronogramas deferidos.

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas formalizaram a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao debito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

18 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, esta sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus advogados, e a inclusão no programa de parcelamento “REFIS IV” de tributos devidos, discutidos ou não judicialmente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$1.705 para cobrir riscos prováveis.

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos e de outros assuntos não classificados como provisão para demandas judiciais, os quais totalizam os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Depósitos judiciais	28	25	2.392	3.049

Natureza	Consolidado		
	31/12/2012	Adições	31/12/2013
Tributária	1.705	1.468	3.173
	1.705	1.468	3.173

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 5.650 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.650 em 2012). Nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues aos mesmos em exercício subsequente.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados

	31/12/2013	31/12/2012
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	100,00%	100,00%

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Até 31 de dezembro de 2012, esta reserva era representada pelos resultados positivos originados da desapropriação de imóvel ocorrida em 2007, em função de tratamento tributário específico para esta transação. Essa reserva foi aumentada no ano de 2012 por conta de recursos adicionais recebidos oriundos de decisão judicial em questionamento feito pela Companhia sobre o valor da desapropriação recebido originalmente.

Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções e máquinas e equipamentos efetuada pela controlada Delga Indústria e Comércio Ltda. em 2003, baseada em laudo emitido por peritos independentes. Atendendo as disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação, que está classificada no passivo não circulante nestas demonstrações financeiras.

Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), aprovará e destinará sobre a reserva de retenção de lucros na próxima AGO/E - Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2013 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Descrição	2013	2012
Lucro líquido do exercício	47.552	17.989
(-) Reserva legal	(2.378)	(899)
(=) Base dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>45.174</u>	<u>17.090</u>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	11.294	4.272
Dividendos deliberados e pagos no exercício	<u>11.882</u>	<u>6.430</u>

21 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Receita de Produtos	-	-	568.830	524.032
Receita de venda de imóveis	42.500	-	42.500	-
Receita de Serviços	-	-	1.225	1.360
Receita de Alugueis	7.691	13.922	4.222	10.697
Receita de Revenda	-	-	289	1.953
Receita de Sucata	-	-	21.804	18.900
(-) deduções da receita	(1.832)	(508)	(136.542)	(129.691)
	<u>48.359</u>	<u>13.414</u>	<u>502.328</u>	<u>427.251</u>

22 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesa com pessoal	-	-	(14.358)	(12.627)
Serviços de consultoria	(91)	(573)	(682)	(1.619)
Gastos mercadológicos	-	-	(4.671)	(3.803)
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	(675)	(759)
Seguros	-	-	(296)	(327)
Processamento de dados	-	(1)	(2.273)	(1.859)
Impostos e taxas	(454)	(940)	(1.203)	(1.179)
Despesas gerais	(206)	(304)	(1.943)	(2.720)
	(753)	(1.820)	(26.101)	(24.893)

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3)	(3)	(675)	(218)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1)	(22)	(12.000)	(15.632)
Descontos concedidos	(7)	(6)	(238)	(43)
Variação cambial passiva	-	-	(5.641)	(1.569)
Variação monetária passiva	(6)	(86)	(3.859)	(3.214)
Outras	(4)	(8)	(1.136)	(326)
	(21)	(125)	(23.549)	(21.002)
Receitas financeiras				
Juros recebidos	259	272	485	606
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	1.326	1.122
Descontos obtidos	-	-	299	197
Aplicações financeiras	402	142	655	465
Variação cambial ativa	-	-	5.605	1.893
Variação monetária ativa	-	-	107	82
Outras receitas	-	-	2	-
	661	414	8.479	4.365
Resultado financeiro líquido	640	289	(15.070)	(16.637)

24 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está apresentada como segue:

Controladora

	2013	2012
Receita bruta de aluguéis	7.691	13.922
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	(2.461)	(4.455)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(837)</u>	<u>(1.514)</u>
Receita bruta de venda de imóveis	42.500	-
Alíquota de presunção	<u>8%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	(3.400)	-
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de venda de imóveis	<u>(1.156)</u>	-
Outros	(346)	402
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(2.339)</u>	<u>(1.139)</u>

Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	52.824	21.141
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	(49.891)	(19.101)
Lucro contábil ajustado	<u>2.933</u>	<u>2.040</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	(997)	(694)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	(1.936)	(1.319)
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	<u>(2.339)</u>	<u>(1.139)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(5.272)</u>	<u>(3.152)</u>
Alíquota efetiva	<u>10%</u>	<u>15%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado

e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto diferido sobre venda de imóveis a prazo (i)	-	-	(1.537)	-
Passivo fiscal diferido	-	-	(1.537)	-

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
Reserva de reavaliação	-	-	(640)	(768)
Depreciação	-	-	(1.043)	(1.929)
Imposto diferido sobre venda de imóveis a prazo (i)	-	-	(1.537)	-
Passivo fiscal diferido	-	-	(1.537)	(2.697)

- (i) Passivo fiscal diferido reconhecido sobre transação de venda de imóvel recebido a prazo, conforme demonstrado na nota explicativa 9.
- (ii) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas,

para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	557	664
Aplicações financeiras	13.034	7.652
Contas a receber de clientes	1.823	3.381
Mútuos a receber partes relacionadas	40	40
Outros créditos	32.500	-
	47.954	11.737
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7.308	20.902
Aplicações financeiras	13.064	23.098
Contas a receber de clientes	28.263	41.634
Outros créditos	33.651	891
	82.286	86.525

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013:

		Controladora	
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	557	557	-
Aplicações financeiras	13.034	13.034	-
Contas a receber de clientes	1.823	1.823	-
Mútuos a Receber partes relacionadas	40	-	40
Outros créditos	32.500	-	32.500
	<u>47.954</u>	<u>15.414</u>	<u>32.540</u>
Passivos			
Outras contas a pagar	66	66	-
	<u>66</u>	<u>66</u>	<u>-</u>
		Consolidado	
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7.308	7.308	-
Aplicações financeiras	13.064	13.064	-
Contas a receber de clientes	28.263	25.618	2.645
Outros créditos	33.651	1.028	32.623
	<u>82.286</u>	<u>47.018</u>	<u>35.268</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.319	63.688	102.631
Fornecedores	43.306	40.024	3.282
Adiantamento de clientes	14.538	14.538	-
Outras contas a pagar	407	407	-
	<u>224.570</u>	<u>118.657</u>	<u>105.913</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		Controladora	
		Valor contábil	
		31/12/2013	31/12/2012
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		13.034	7.652

	Consolidado	
	Valor contábil	
	31/12/2013	31/12/2012
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	13.064	23.404
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.319	122.036

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora				Cenários				
			Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Exposição patrimonial	Exposição	Risco						
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.034	Variação do CDI	8,06%	1.050	1.313	1.575	788	525
1 + 2		Efeito		1.050	1.313	1.575	788	525
Consolidado				Cenários				
			Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Exposição patrimonial	Exposição	Risco						
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.064	Variação do CDI	8,06%	1.053	1.316	1.580	790	527
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(166.319)	Variação do CDI	8,06%	(13.405)	(16.756)	(20.108)	(10.054)	(6.703)
1 + 2		Efeito		(12.352)	(15.440)	(18.528)	(9.264)	(6.176)

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia e suas controladas não se utilizam de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia e suas controladas não possuem recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

<i>(em milhares de USD)</i>	2013	2012
Fornecedores do exterior	(2.922)	(178)
	(2.922)	(178)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2013	2012	2013	2012
USD	2,3426	2,0435	2,156	1,9444

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado consolidado do Grupo na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Cenários				
		I -Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
2- Passivo em Dólar	Valorização Dólar	<u>(2.922)</u>	<u>(3.653)</u>	<u>(4.383)</u>	<u>(2.192)</u>	<u>(1.461)</u>
	Efeito	<u>(2.922)</u>	<u>(3.653)</u>	<u>(4.383)</u>	<u>(2.192)</u>	<u>(1.461)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de

comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apóia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelocustoa mortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	557	-	557
Aplicaçõesfinanceiras	5	13.034	-	-	13.034
Contas a receber de clientes	6	-	1.823	-	1.823
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	-	40	-	40
Outros créditos	9	-	32.500	-	32.500
Total		<u>13.034</u>	<u>34.920</u>	<u>-</u>	<u>47.954</u>
Passivos					
Outrascontas a pagar	-	-	-	66	66
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66</u>	<u>66</u>

Controladora

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo a mortizado	Total em 31 de dezembro de 2012
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	664	-	664
Aplicações financeiras	5	7.652	-	-	7.652
Contas a receber de clientes	6	-	3.381	-	3.381
Mútuos a receber partes relacionadas	9	-	40	-	40
Total		<u>7.652</u>	<u>4.085</u>	<u>-</u>	<u>11.737</u>
Passivos					
Outras contas a pagar	-	-	-	329	329
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>329</u>	<u>329</u>

Consolidado

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo a mortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	7.308	-	7.308
Aplicações financeiras	5	13.064	-	-	13.064
Contas a receber de clientes	6	-	28.263	-	28.263
Outros créditos	9	-	33.651	-	33.651
Total		<u>13.064</u>	<u>69.222</u>	<u>-</u>	<u>82.286</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	43.306	43.306
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	166.319	166.319
Adiantamento de clientes	19	-	-	14.538	14.538
Outras contas a pagar	-	-	-	407	407
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>224.570</u>	<u>224.570</u>

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelocustoamort izado	Total em 31 de dezembro de 2012
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	20.902	-	20.902
Aplicações financeiras	5	23.098	-	-	23.098
Contas a receber de clientes	6	-	41.634	-	41.634
Outros créditos	9	-	891	-	891
Total		<u>23.098</u>	<u>63.427</u>	<u>-</u>	<u>86.525</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	41.623	41.623
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	122.036	122.036
Adiantamento de clientes	19	-	-	15.319	15.319
Outras contas a pagar	-	-	-	246	246
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>179.224</u>	<u>179.224</u>

Valor justo

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

b. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2013 é demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.319	175.073

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 1 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 2 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

26 Outros assuntos

A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

27 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 126.500 mil para risco de incêndio e explosão e R\$ 180 mil para riscos operacionais.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatível com o seu porte e operações.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0